



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária de Goiás

## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
1 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

### SUMÁRIO

- ★ [VELHICE: CAMINHOS PARA BEM VIVER – O Popular](#)
- ★ [BANCADA DA BALA ARTICULA PROJETO PARA DERRUBAR DECRETO DE LULA SOBRE ARMAS – O Popular](#)
- ★ [TUDO NO ORÇAMENTO – Folha de São Paulo](#)
- ★ [REGULAÇÃO DE BIG TECHS, INOVAÇÃO E O CONSUMIDOR – Folha de São Paulo](#)
- ★ [CLÁUDIO CASTRO, UM BOLSONARISTA RAIZ – Folha de São Paulo](#)
- ★ [POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA SAÚDE: VIVAS, ATIVAS E AINDA MAIS NECESSÁRIAS – Folha de São Paulo](#)
- ★ [CHUVA DE MERCÚRIO – Folha de São Paulo](#)
- ★ [DINO DEVE ASSUMIR NO STF CASO QUE ATINGE MINISTRO DE LULA E PARLAMENTARES – Folha de São Paulo](#)
- ★ [MOVIMENTOS SOCIAIS CRITICAM PRESSÃO DE LULA PARA CONCLUIR ACORDO FEITO POR BOLSONARO E MACRI – Folha de São Paulo](#)
- ★ [STJ VAI DIRIMIR CONTROVÉRSIA SOBRE AGRAVANTES NOS CRIMES SEXUAIS SÃO BIS IN IDEM – O Hoje](#)
- ★ [PROTEÇÃO À DEMOCRACIA NO CENTRO DE CÚPULA – Correio Braziliense](#)
- ★ [MORAES QUER PUNIR MAU USO DE IA EM ELEIÇÃO – Correio Braziliense](#)
- ★ [LETALIDADE POLICIAL AUMENTA NO PAÍS – Correio Braziliense](#)
- ★ [FALTA TRANSPARÊNCIA EM AGENDAS OFICIAIS DE AUTORIDADES DO JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E EXECUTIVO, DIZ LEVANTAMENTO – Valor Econômico](#)
- ★ [VAREJO PODE QUESTIONAR NA JUSTIÇA NORMA DO CONFAZ SOBRE USO DE CRÉDITOS DE ICMS – Valor Econômico](#)
- ★ [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- ★ [RIO AUTOMATIZA RESSARCIMENTO DE CRÉDITOS DE ICMS – Valor Econômico](#)
- ★ [UMA BOA OPÇÃO PARA LITÍGIOS POR CORRUPÇÃO – Valor Econômico](#)
- ★ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

**JORNAL – O POPULAR – 05.12.2023 – PÁG. 03**

**Velhice: caminhos para bem viver**

*Priscilla Melo Ribeiro de Lima*



Um ambiente acolhedor que auxilie o idoso no processo de revisão de vida, na elaboração de projetos e no envolvimento com a comunidade. O diálogo com outros, de distintas idades, mas também com quem vive a mesma fase – encontros que auxiliem no enfrentamento das debilidades que vão surgindo. Um espaço no qual também haja a compreensão sobre a necessidade de se estar sozinho em alguns momentos. Um lugar em que se auxilie a compensar perdas e otimizar ganhos. Tudo isso é essencial para a construção de uma velhice bem-sucedida: com envolvimento vital. Tudo isso é o que devemos construir aos nossos, já idosos, e a nós mesmos, quando chegar a nossa vez.

A velhice, por se constituir uma longa e última etapa, pode envolver sentimentos mistos de realização ante a vida que se passou e desespero ante a vida que se finda. O idoso necessita aprender a conviver com esse desespero e a encarar os erros do passado de forma a integrá-los à totalidade da vida. Muitas vezes, sentimentos de culpa e arrependimentos ressurgem mais intensamente. O psicólogo Erik Erikson explica sobre a necessidade, nesta fase, de que a tensão entre “integração do eu” e “desespero” seja equilibrada, a fim de que surja a força psicossocial da sabedoria.

A sabedoria, pois, é resultante dos esforços em equilibrar o sentido de coerência e plenitude pessoal, por um lado, e o desespero perante a finitude, por outro. Nesse processo, deve-se aceitar as falhas do passado. A pessoa sábia, na velhice, tem a seguinte tarefa evolutiva, nas palavras de Anita Neri: “a formação de um ponto de vista sobre a própria existência, a morte e a transcendência, autoaceitação e desejo de deixar um legado”.

Há uma importância vital, para o velho, da convivência com outras pessoas que lhe foram contemporâneas “naqueles tempos”, pois isso acarreta a emergência do sentimento de pertencimento social e de cumplicidade em relação ao vivido. Compartilhar memórias com outros idosos proporciona a revitalização da própria história e, ainda, pode ocasionar a expressão de sentimentos em relação às escolhas feitas e conquistas obtidas, auxiliando na aceitação do envelhecimento. Assim, a manutenção e a criação de redes sociais na velhice reduzem sintomas depressivos e aumentam a qualidade de vida.

É isso que se chama envolvimento vital: a experiência de pertencimento social, ou seja, de produtividade, cuidado consigo e participação nos relacionamentos com outras pessoas, como netos e filhos. Contar histórias e relembrar o passado parecem fazer parte dessa necessidade de deixar algo para a posteridade, podendo contribuir para a integridade do ego e a conquista da sabedoria. Contar histórias leva à escuta, indispensável. E a escuta é ato conjunto: faz-se com no mínimo dois. A velhice, portanto, não pode ser tratada como aquilo que é do outro: o bem-viver nessa fase deveria ser preocupação de todos. Tudo o que foi

experimentado na vida afeta a atualidade do idoso. E afetar a todos nós, que, com sorte, ainda diremos: somos velhos.

**JORNAL – O POPULAR – 05.12.2023 – PÁG. 07**

### **Bancada da bala articula projeto para derrubar decreto de Lula sobre armas**

Presidente da Câmara, Arthur Lira incluiu na pauta de votação desta segunda (4) requerimento de urgência sobre o tema

*Victoria Azevedo*

A bancada armamentista da Câmara dos Deputados articula votar em plenário nesta semana um requerimento de urgência de um PDL (projeto de decreto legislativo) para derrubar um decreto do presidente Lula (PT) que restringiu o acesso a armas no país.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), incluiu na pauta de votações desta segunda-feira (4) o requerimento de autoria do deputado Sanderson (PL-RS), presidente da Comissão de Segurança Pública da Casa, contra um primeiro decreto de Lula, de janeiro de 2023, que foi revogado pelo próprio Executivo. Adversários do Palácio do Planalto se movimentaram e apensaram a esse PDL o conteúdo de outros projetos com o mesmo escopo que miram o atual decreto da gestão petista. A sessão desta segunda foi encerrada sem que fosse votado o requerimento.



O projeto também derruba portaria do Ministério da Justiça, de janeiro, que determina que todas as armas no país sejam registradas no sistema da Polícia Federal, conhecido como Sinarm (Sistema Nacional de Armas) em 60 dias —prazo já expirado.

A urgência acelera a tramitação de projetos na Casa, uma vez que as matérias não precisam ser analisadas em comissões e vão direto ao plenário. Caso aprovada a urgência, os parlamentares precisam votar o mérito da proposta. O deputado Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), que irá presidir as sessões desta semana na ausência de Lira (que viaja para Dubai para participar da COP28), diz à reportagem que toda a pauta disponibilizada será apreciada até o fim da semana, inclusive esse requerimento de urgência.

Por outro lado, ele diz que o mérito do PDL não deverá ser votado nesta semana. Líderes partidários avaliam ser difícil que um projeto que não tenha consenso entre os deputados seja apreciado numa semana em que Lira estará ausente. Assinado por Lula em julho, o decreto reverte a política de crescente flexibilização observada ao longo da gestão Jair Bolsonaro (PL). Ele passa, por exemplo, a responsabilidade sobre a fiscalização dos chamados CACs (caçadores, atiradores e colecionadores) à Polícia Federal —antes, essa atribuição ficava com o Exército.

Como o decreto do petista revoga pontos de outras normas sobre o mesmo tema editadas sob o governo Bolsonaro, na prática, essas medidas voltam a valer caso ele seja derrubado por parlamentares. Sanderson diz à Folha que a bancada deu tempo para o governo petista rever pontos do decreto, mas que não houve esse movimento. "Nós sentamos com o [ministro Flávio] Dino, com todo mundo para chegar a um meio-termo e eles não quiseram. Foi dado o tempo."

Segundo o parlamentar, um dos pontos mais sensíveis para os parlamentares é o que determina que escolas e clubes de tiro devem estar a uma distância de 1.000 metros de estabelecimentos de ensino públicos ou privados. O decreto diz que essas escolas e clubes de tiro deverão se adequar no prazo de 18 meses a partir da publicação da norma o que, na prática, significa que eles deverão ser fechados.

"Hoje, com o decreto do Lula, ele aniquilou totalmente a atividade dos CACs", completa o parlamentar. Ele avalia que há votos suficientes para aprovação da urgência e do mérito da proposta. "Com exceção da esquerda, que vai votar fechada, temos votos suficientes para aprovar urgência. Mérito é outra questão, mas acho que temos votos tanto para urgência quanto para o mérito", diz.

O movimento ocorre num momento em que o presidente indicou o nome do ministro da Justiça, Flávio Dino, para uma vaga no STF (Supremo Tribunal Federal). Sanderson nega que pautar e votar o PDL seja uma resposta a essa indicação, mas diz que tanto Dino quanto o governo federal "vão ter prejuízo e desgaste político". "Nós estamos preocupados com o Brasil de modo geral. Agora, indiretamente, o ministro da Justiça e o próprio governo Lula vão ter prejuízo e desgaste político. Se nós conseguirmos derrubar esse decreto, que eles achavam que era inderrubável, nós vamos provar que o discurso deles é falacioso. CACs não contribuem para criminalidade e as armas do CACs nunca foram passadas para facções", diz ele.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.12.2023 – PÁG. A2**

### **Tudo no Orçamento**

Sejam precatórios ou verbas para ensino, custos de políticas precisam ser claros

Criatividade não é atributo desejável quando se trata de contabilizar receitas e despesas de um governo — e tampouco de empresas privadas. Artifícios aparentemente engenhosos para driblar restrições ou mostrar resultados melhores no mais das vezes só mascaram problemas a serem enfrentados.

Foi assim com a manobra do governo Jair Bolsonaro (PL) para escapar do pagamento integral dos precatórios, que começou a gerar um passivo acumulado gigantesco, e algo parecido se dá, em menor proporção, na tentativa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de instituir um fundo para custear a permanência de alunos no ensino médio.



No caso dos precatórios, foi racional a decisão recém-tomada pelo Supremo Tribunal Federal de permitir a quitação dos valores atrasados, que já somam R\$ 95 bilhões. A corte também autorizou o governo a pagar os montantes que se acumulariam até 2026 sem comprometer o espaço para outros gastos.

Trata-se do desfecho menos pior para a confusão armada em 2021, quando Bolsonaro patrocinou a aprovação de duas emendas constitucionais estabelecendo, na prática, um teto para os pagamentos. O objetivo era abrir espaço nas contas para despesas como o Auxílio Brasil, versão ampliada do Bolsa Família. É positivo, sobretudo, que o STF não tenha aceitado a proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de tratar encargos com precatórios como despesa financeira e, portanto, não considerada no cumprimento da meta fiscal.

Tal alteração seria danosa para a credibilidade das contas e afrontaria as boas práticas internacionais. Seria aberto espaço para que outros gastos pudessem ser considerados da mesma maneira. Resolvido por ora o imbróglio, cumpre agora trabalhar para conter tal rubrica, algo que ainda é muito mal feito no governo. Relatório da Controladoria-Geral da União mostra que falta clareza nos dados. Em muitos casos não é possível identificar a origem da despesa.

A falta de controle facilita a emergência de uma indústria de precatórios lesiva ao erário. Quanto ao custeio da permanência de alunos pobres no ensino médio, o governo editou medida provisória instituindo um fundo de "natureza privada" de até R\$ 20 bilhões. Seriam aportados recursos federais, ações de empresas estatais e outras com participação da União e ganhos com petróleo. Em que pese o objetivo correto da medida, há risco de que novamente se busquem brechas para evitar que o novo programa se encaixe nos limites fiscais. Políticas públicas e seus custos precisam estar explícitos no Orçamento —ou o governo estará vendendo ilusões à sociedade.

## **Regulação de big techs, inovação e o consumidor**

Foco deve ser a sociedade, a despeito de perdas setorializadas

*Natalia Paiva*

Todo mundo sabe que as plataformas digitais mudaram a maneira como a gente se informa e consome produtos culturais, como se comunica, compra, paga contas e até namora. O que talvez não seja tão sabido é a briga de foice que ocorre entre as chamadas big techs e atores que sofrem com a disrupção —para que os primeiros paguem o rombo.



Duas disputas importantes ocorrem na área cultural: direitos autorais e recolhimento da Condecine (taxa sobre obras audiovisuais comerciais), que não é paga pelas plataformas. A segunda é especialmente interessante como caso de oportunidade perdida: em vez de se reajustar o foco regulatório para analisar desafios e oportunidades da nova economia, faz-se um "puxadinho" com consequências não intencionais para outros atores.



Por exemplo, os projetos de lei que tramitam ignoram algo crucial: o conteúdo profissional em streaming (como filmes e séries) é bastante diferente do gerado por usuário (por exemplo, tutorial de maquiagem), seja este monetizado ou não. Colocar tudo sob a mesma régua acaba por penalizar a "creator economy", relevante num país com mais de meio milhão de influenciadores, que se financiam não apenas via parcerias pagas, mas também por meio de uma fatia da receita com anúncios.

Outro exemplo de batalha travada é a "taxa de rede": a proposta de exigir pagamento adicional de quem gera tráfego substancial de dados —um embate com as grandes operadoras de telefonia. Nesse caso, mira-se um grupo e atinge de bandeja outros, como telemedicina e ensino a distância, trazendo riscos para a inovação de produtos e serviços que utilizam muita banda.

A disputa econômica faz parte do jogo. Mas precisamos pensar em como trazer a inovação para o centro da regulação e ter como foco sempre o valor positivo para o consumidor e a sociedade como um todo —a despeito de perdas setorializadas.

### **Cláudio Castro, um bolsonarista raiz**

Com apoio à candidatura de Alexandre Ramagem, governador deixa cair a máscara de vez

*Álvaro Costa e Silva*

Você lê a notícia, não acredita e descobre que políticos já estão em pré-campanha. O metrô da Gávea, cujas obras começaram em 2010 e estão paralisadas desde 2015, é uma das mais longas novelas em exibição no Rio, só comparável à da climatização nos ônibus e a da recuperação da estação ferroviária da Leopoldina. Cláudio Castro anunciou um acordo para que a concessionária invista R\$ 600 milhões no projeto, em troca do controle do transporte até 2048. Com a esperança de conclusão da Linha 4 sabe-se lá quando, a população pode dar adeus à Linha 3 (Rio-Niterói-São Gonçalo), promessa de Castro na última eleição.



Mas a principal jogada do governador está dirigida à violência, tema que será o combustível das eleições no ano que vem. Ele decidiu recriar a Secretaria de Segurança, extinta em 2019 por Wilson Witzel, e convidou para comandá-la um delegado da PF exonerado após os atos golpistas de 8 de janeiro. Victor César dos Santos —ligado à família Bolsonaro, em especial ao filho 01, e aliado do ex-ministro da Justiça Anderson Torres e do ex-chefe da Abin Alexandre Ramagem— será o encarregado da interlocução com o governo Lula para ações integradas de segurança. Resta saber em que língua eles falarão.

Santos —que foi homenageado com a medalha Pedro Ernesto pelo vereador Jerominho, fundador da maior milícia do Rio— declarou que dará prioridade aos crimes de latrocínio e feminicídio. Subentende-se que a

atividade de traficantes e milicianos, a lavagem de dinheiro e a corrupção interna façam parte de seus planos. Desde que o poder lhe caiu no colo, com a defenestração de Witzel, Cláudio Castro sofre pressão de Flávio Bolsonaro. Enfim resolveu capitular, apoiando a candidatura de Ramagem a prefeito. Assumiu o que sempre quis esconder e virou um bolsonarista raiz. De olho no Senado em 2026, o que ele propõe é fazer do Rio um puxadinho do capitão.

**JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.12.2023 – PÁG. A3**

### **Políticas de promoção da saúde: vivas, ativas e ainda mais necessárias**

Demandas vão além dos processos de adoecimento biopsicológicos e políticos

*Marco Akerman / Cristianne Famer Rocha / Dais Rocha / Julia Nogueira / Kênia Lara / Maria do Socorro Araújo Dias / Nilza Rogéria Nunes / Rodrigo Tobias / Rosilda Mendes*



A crise dos sistemas de saúde pelo mundo afora exige a adoção da ampliação do conceito de saúde e de práticas sanitárias renovadas. O SUS brasileiro não pode ficar fora dessa equação. Nesse contexto marcado pela complexificação das ações e demandas para o SUS, é urgente afirmarmos e defendermos políticas de promoção da saúde que sejam vivas e ativas.

O ato de promover saúde significa problematizar os projetos de sociedade e o seu modo agressivo de produção. É preciso enfrentar os interesses econômicos das grandes corporações alimentícias do Norte Global e seus determinantes comerciais que interferem na escolha saudável das pessoas, a hiperexploração dos recursos naturais e modelos de monoculturas agrícolas exportadoras que alimentam o ciclo finito e vicioso do mercado financeiro. Essas e outras camadas de complexidade levam, sinergicamente, a romper o equilíbrio climático em decorrência do antropoceno — conhecido como a época geológica caracterizada pelo impacto do homem na Terra.

Ademais, promover saúde implica também construir alternativas que passam pelo processo de outras formas de convivência, a partir do Sul Global. Consiste em construir políticas colaborativas e solidárias para fins coletivos e de proteção da sociobiodiversidade, como sistemas agroflorestais de base comunitária e da economia circular, que ultrapassam o imediatismo, o economicismo predatório, o pragmatismo político enviesado. Incorpora a valorização dos conhecimentos originários, sinérgico à visão do bem viver que questiona o conceito eurocêntrico de "bem-estar" e apresenta um posicionamento de "bem-ser".

Representa ainda uma forma de desenvolvimentismo menos antropocentrista e mais humana e amigável com os direitos da mãe natureza, ou seja, sem separação entre os seres humanos e não humanos. Promover saúde é reconhecer, ainda, que as demandas da sociedade vão para além dos processos de adoecimento biopsicológicos e políticos. Novos olhares para a saúde passam pela incorporação das medicinas indígenas originárias, como práticas integrativas complementares brasileiras e ainda não reconhecidas pela Política

Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), da felicidade, da ética, do respeito às diversidades, da humanização, da corresponsabilidade, da justiça e da inclusão social como valores fundantes no processo de sua concretização do sistema de saúde universal brasileiro.

O recente "Encontro de Mobilização da Promoção da Saúde – Em Prosa Brasil" deu ênfase para as políticas de promoção da equidade e mostrou o vigor da produção acadêmica nos estudos de avaliabilidade da PNPS nas cinco regiões brasileiras; nas recomendações para a implementação da intersetorialidade; nos dispositivos formativos para disseminar a cultura e os métodos de monitoramento e avaliação de políticas públicas; na síntese de evidências e nos processos de educação permanente que favorecem a implementação da PNPS.

E, sendo assim, apoiamos políticas que desenvolvam as liberdades coletivas com base nos valores da democracia, da sustentabilidade ambiental, da cultura da paz e não violência, com respeito ao diverso social e às concepções pluriversas religiosas-espirituais entre os povos e as pessoas. Esses princípios situam os modos de ver a saúde como bem público não mercantilizável. Em busca de práticas sanitárias renovadas, a política de promoção da saúde brasileira defende e reafirma a sua condição de ator coletivo que reflete, propõe e induz políticas mais vivas e ativas, apontando estrategicamente para horizontes de um SUS mais universal, equânime e justo.

### **Chuva de mercúrio**

Seca extrema e concentração do metal também ameaçam o agronegócio

*Alessandra Korap / Marcelo de Oliveira Lima*

Pode chover mercúrio na horta dos ruralistas. O desmatamento é uma das principais causas daquela que, ao que tudo indica, deve ser a pior seca já registrada na Amazônia. O mercúrio usado no garimpo evapora do solo e da água e se acumula na atmosfera. Os rios voadores, nuvens que se formam na floresta, levam chuva para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. A água que cai do céu e garante as boas safras do agronegócio pode estar contaminada.

Mesmo que essas regiões venham sendo atingidas por uma sufocante onda de calor, latifundiários e comerciantes de ouro ainda se sentem protegidos dos efeitos das mudanças climáticas dentro de suas casas bem refrigeradas. Como veem os povos da floresta como meros entraves para seus interesses, não custa reforçar que eles também têm a perder caso continuem destruindo a Amazônia.

Na forma de vapor, o mercúrio penetra em nosso organismo pela água que bebemos, pelo pescado que comemos e pelo ar que respiramos. Ele não respeita fronteiras: não bastasse o garimpo ter crescido no governo passado, também aumentou em países como Peru, Bolívia e Venezuela. Estudos do Instituto





Evandro Chagas (IEC) apontam que seus efeitos são potencializados pela estiagem, fazendo com que a água que resta nas regiões mais secas tenha concentrações mais altas do metal, pois ele não se dilui nos leitos correntes dos rios.

O pescado, base da alimentação dos ribeirinhos, também está comprometido. As espécies mais resistentes à seca são as predatórias, que absorvem mercúrio de suas presas. Muitas delas desovam nos Andes e vão para a foz do Amazonas, espalhando o metal por toda a bacia. O mercúrio também é absorvido do solo pela vegetação. Com a estiagem, os incêndios são mais frequentes, e o metal vira fumaça e chega à atmosfera. Outro agente de contaminação é o processo de industrialização da Amazônia. Uma única empresa de Barcarena, no Pará, já mandou para o ar, com a queima de combustíveis fósseis, 17 mil gramas de mercúrio.

Em parceria com o IEC, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) vem realizando uma série de estudos sobre contaminação entre os mundurucus desde a década passada. Em 2019, foram examinados 200 habitantes de três aldeias: Sawré Muybu, Poxo Muybu e Sawré Aboy. E 6 a cada 10 deles tinham níveis de mercúrio no organismo acima do limite.

Outro estudo, da Universidade Federal do Oeste do Pará com a Fiocruz e WWF Brasil, realizado em Santarém (oeste paraense), apresentou resultados assustadores. Foi coletado sangue de 462 pessoas, entre 2015 e 2019, e todas as amostras apresentaram concentrações altas, sendo que 75,6% delas tinham níveis acima do aceito pela Organização Mundial da Saúde. Esse mercúrio não só chega ao córtex cerebral dos viventes como à placenta de gestantes. Muita gente tem o metal no organismo e não apresenta sintomas. Mas, no Japão, onde ocorreu um grave acidente em 1956, foi observado que algumas pessoas só começaram a adoecer 20 anos depois. O que realmente deveria valer ouro é a saúde da população.

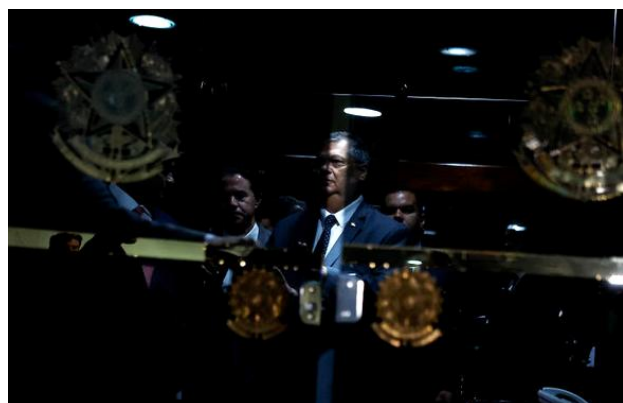
## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.12.2023 – PÁG. A6**

### **Dino deve assumir no STF caso que atinge ministro de Lula e parlamentares**

Investigação sensível ao governo e ao centrão atinge titular das Comunicações e está sem relator

*Mateus Vargas*

O inquérito sobre as suspeitas de desvios de recursos de emendas parlamentares no Maranhão, que atinge o alto escalão do governo Lula (PT) e parlamentares, deverá ficar nas mãos de Flávio Dino no STF (Supremo Tribunal Federal). Ex-governador do estado, Dino foi indicado por Lula para uma vaga na corte, aberta após a aposentadoria de Rosa Weber, e ainda precisa ser confirmado pelo Senado. A sabatina na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Casa está marcada para o dia 13.



O ministro das Comunicações, Juscelino Filho (União Brasil-MA), e o deputado Josimar Maranhãozinho (PL-MA) são investigados no caso. No centro da apuração da



## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
10 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Polícia Federal está a empreiteira Construservice e seu sócio oculto, Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP. A PF avalia que empreiteiras de fachada são usadas para fraudar licitações e desviar recursos de obras da Construservice que utilizaram emendas dos parlamentares.

Para a PF, uma dessas empresas, a Arco, pertence ao próprio Juscelino, ainda que o ministro não seja sócio formal dela e diga que não tem relação com a empreiteira. Como a Folha mostrou, Juscelino indicou emenda para reparos na estrada de terra que dá acesso à fazenda do próprio ministro, em serviço realizado pela Arco. O inquérito sobre desvios em obras de pavimentação com verba de emendas se tornou sensível para o governo e para o centrão. Além dos atuais investigados, há outros parlamentares que indicaram verba para serviços realizados pela Construservice. A apuração que tem Juscelino e o deputado Josimar Maranhãozinho como investigados tramita no STF e tinha como relator o atual presidente do STF, Luís Roberto Barroso.

O processo foi repassado para a ministra Rosa Weber quando Barroso assumiu o comando do Supremo, no final de setembro. Após a aposentadoria da ministra, o caso ficou sem relator e, por isso, cairá nas mãos do próximo integrante do tribunal. Relator da indicação de Dino, o senador Weverton Rocha (PDT-MA), que não é um dos investigados, direcionou ao menos R\$ 34 milhões para convênios com prefeituras que contrataram duas empresas que a PF diz pertencer a Eduardo DP. O Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) ainda encontrou repasses entre diversas empresas que disputavam licitações para obras indicadas pelo senador.

Nesta segunda (4), Weverton apresentou seu parecer favorável à indicação de Dino ao STF e escreveu que ele tem "invejável currículo". "Trata-se de uma figura reconhecida e admirada nos mundos jurídico e político", afirmou. Já Josimar se tornou investigado após a PF encontrar repasses da Construservice a assessores do deputado. A empresa de Eduardo DP também realizou obras em outros estados, como no Tocantins, com verba indicada pelo senador Eduardo Gomes (PL).

Os parlamentares e Juscelino negam irregularidades e envolvimento com a Construservice. Os advogados do ministro das Comunicações dizem que são "absurdas as ilações de que Juscelino tenha tido qualquer proveito pessoal com sua atividade parlamentar". Cabe ao relator do caso no STF avaliar, por exemplo, pedidos da PF para realizar novas apurações de busca e apreensão ou para a quebra de sigilos. Na terceira etapa da operação Odoacro, que apura o suposto desvio de verba de emendas, o ministro Barroso autorizou apenas parte dos pedidos da PF.

Então relator do caso, ele alegou risco de "impacto institucional da medida", cujo dano poderia ser "irreversível", e barrou a intenção da PF de realizar busca em endereços do ministro das Comunicações. Para solicitar autorização para a fase mais recente da Odoacro, os investigadores apontaram diálogos de Eduardo DP e Juscelino. As mensagens mostram que o atual ministro tratou com o empresário sobre a execução de emendas, obras e pagamentos a empresas e terceiros.

A empresa de Eduardo DP chegou a se tornar a segunda maior beneficiada em contratos de pavimentação da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) no governo Jair Bolsonaro (PL). Dados do Portal da Transparência indicam que há cerca de R\$ 160 milhões empenhados para a empresa de Eduardo DP pelo governo federal, sendo que mais de R\$ 24 milhões foram pagos. Esses valores não consideram contratos firmados com a Construservice em convênios da Codevasf com prefeituras.

A empreiteira também ampliou o número de contratos no Maranhão nos últimos anos. De 2015 a 2022, sob os governos de Dino e de seu vice, Carlos Brandão (PSB), a empresa de Eduardo DP recebeu cerca de R\$ 710 milhões do governo estadual. Como mostrou a Folha, Eduardo DP manteve relações políticas no Maranhão com aliados de Dino. Deputado estadual e coordenador político da campanha de Dino em 2022, Othelino Neto (PC do B) mantém uma relação de amizade com o sócio oculto da Construservice e empregou a esposa do empresário. Neto é marido de Ana Paula Lobato (PSB), suplente de Dino no Senado.

Ex-secretário de Infraestrutura de Dino no Maranhão, Clayton Noleto (PSB) também se aproximou de Eduardo DP. Responsável por assinar alguns dos contratos da Construservice com o governo estadual, Noleto recebeu declaração de apoio do empresário para a campanha à Câmara dos Deputados em 2022. Eduardo DP chegou a planejar candidatura a cargos públicos, mas desistiu, e tem o apoio cobiçado por políticos do interior, dizem congressistas do Maranhão. Ele é filho de Arlene Costa, ex-prefeita de Dom Pedro (MA).

O empresário foi preso quatro vezes de 2015 a 2016 em investigações sobre agiotagem, corrupção e fraude em licitações. Em julho de 2022 Eduardo DP foi preso novamente, dessa vez pela PF, que encontrou na casa do empresário R\$ 1,3 milhão em dinheiro, além de itens de luxo.

## **JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 05.12.2023 – PÁG. A16**

### **Movimentos sociais criticam pressão de Lula para concluir acordo feito por Bolsonaro e Macri**

Em cúpula no Rio, organizações defendem revisão de texto de 2019 para livre-comércio entre Mercosul e UE

*Camila Zarur / Nicola Pamplona*

A pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para concluir as negociações sobre o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia foi criticada por movimentos sociais durante a Cúpula Social do Mercosul, nesta segunda-feira (4), no Rio de Janeiro.

A avaliação é que os termos acordados em 2019, ainda sob o governo Jair Bolsonaro (PL), são prejudiciais ao Brasil, e deveriam ser alvo de amplos debates sob a nova gestão petista. Os movimentos sociais reunidos no Rio pediram mais participação e transparência nas discussões. "Os avanços na construção do texto ocorreram principalmente nos governos [do presidente argentino Mauricio] Macri e Bolsonaro, que foram governos caracterizados por autoritarismo e falta de transparência", disse Raiara Pires, da Via Campesina e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração.

"Um ano é insuficiente para rever o texto apresentado pelo desgoverno", completou, sugerindo que as partes





## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
12 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

reabram as negociações, em vez de debater apenas pontos específicos incluídos pelos europeus no acordo após 2019. Durante a cúpula, realizada no Museu do Amanhã, a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) distribuía panfletos afirmando que o texto atual mantém desigualdades entre os países europeus e sul-americanos. "Precisamos impedir o acordo União Europeia-Mercosul", afirma o material.

Representante da organização, Adhemar Mineiro afirmou que o texto fechado em 2019 não reflete as transformações do mundo desde que o acordo começou a ser negociado há mais de duas décadas. Ele citou como exemplo, a crise de 2008, a pandemia, e um movimento mais protecionista dos países ricos.

"Se o mundo mudou tanto desde que o acordo começou a ser negociado, por que temos que continuar conversando nas bases de 25 anos atrás?", questionou, avaliando o texto atual como "hostil" aos países do Cone Sul. "O acordo reforça o que o Brasil tem de mais atrasado, que são os produtores do agro e da mineração", disse. "Reforça um modelo que exporta meio ambiente, exporta minério e produto agrícola."

A cúpula foi organizada pela Secretaria-Geral da Presidência da República com o objetivo de reabrir canais de diálogo entre a sociedade civil e o governo. Foi agendada na mesma semana da Cúpula do Mercosul, que receberá os chefes de Estado do bloco na próxima quinta (7). As críticas ao texto feito em 2019 também encontram eco dentro do próprio governo federal. Segundo o secretário-executivo adjunto da Secretaria-Geral da Presidência, Flávio Schuch, os termos do acordo "não interessavam ao Brasil".

"O acordo de 2019 prejudicava a indústria brasileira e a agricultura familiar e entregava praticamente o monitoramento ambiental no Brasil para os europeus. Era um acordo neocolonialista, que obviamente não interessava ao Brasil", afirmou. Segundo integrantes dos movimentos sociais e da sociedade civil, mesmo agora durante o governo Lula, eles não foram ouvidos para discutir os termos do acordo. As discussões sobre o pacto tem girado em torno de questões ambientais e das compras governamentais, mas esses detalhes não foram repassados às entidades e ONGs. De acordo com representantes ouvidos pela Folha, o único comunicado recente que receberam do governo a respeito do pacto comercial foi de que a gestão Lula tentaria fechar o acordo antes do fim da Cúpula do Mercosul.

Schuch, por sua vez, afirmou que a sociedade civil foi ouvida, mas reconheceu que não foi "com a dimensão que ela esperava". Ele completou: "Nas negociações internacionais existem algumas regras e entraves de sigilo colocados pela legislação brasileira e pela legislação do Mercosul, em que o processo de participação não pode ser tão amplo quanto a gente gostaria".

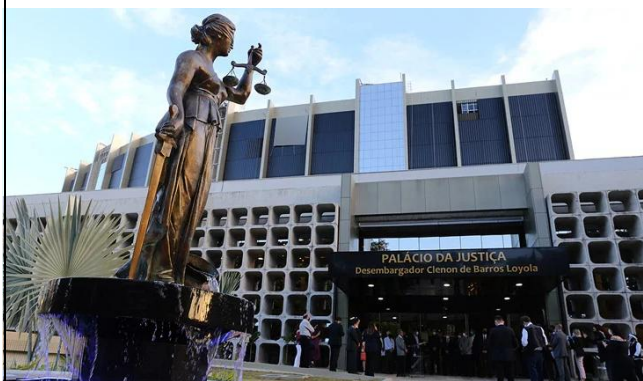
O argumento, no entanto, foi rebatido pela representante da Rebrip Graciela Rodriguez, que afirmou faltar transparência do governo sobre os termos do acordo Mercosul-União Europeia. "Nós entendemos que em alguns momentos a negociação precisa de um certo cuidado e de sigilo para ver coisas que são sensíveis a um país ou outro. Mas o conjunto da negociação tem que ser mais transparente, até para entender quais são os termos", afirmou. "Uma das nossas maiores exigências com relação ao governo brasileiro e ao Mercosul é a transparência das negociações".



**JORNAL – O HOJE – 05.12.2023 – PÁG. 10**

**STJ vai dirimir controvérsia sobre agravantes nos crimes sexuais são bis in idem**

*Manoel L. Bezerra Rocha*



A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou três recursos especiais em segredo de justiça, de relatoria do ministro Joel Ilan Paciornik, para julgamento sob o rito dos repetitivos. A controvérsia submetida a julgamento é “definir se, nos crimes praticados contra a dignidade sexual, configura bis in idem a aplicação simultânea da agravante genérica do artigo 61, II, “f”, do Código Penal e da majorante específica do artigo 226, II, do Código Penal”.

O dispositivo do artigo 61 prevê, como agravante da pena nos crimes em geral, a circunstância de ter sido a conduta praticada com abuso de autoridade, ou prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou ainda com violência contra a mulher. Já o dispositivo do artigo 226 – inserido no título sobre os crimes contra a dignidade sexual – prevê aumento de pena em várias hipóteses de relação familiar ou de autoridade entre o agressor e a vítima.

O ministro Paciornik informou que, segundo a Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas do STJ, há pelo menos três acórdãos e 87 decisões monocráticas sobre o assunto nos colegiados de direito penal da corte. Nesses precedentes, destacou o relator, o entendimento foi no sentido de que, nos crimes contra a dignidade sexual, não caracteriza bis in idem a aplicação simultânea do artigo 61, inciso II, alínea “f”, e do artigo 226, alínea II, do Código Penal. “Com efeito, no contexto apresentado, tem-se por madura a matéria submetida ao rito do recurso especial repetitivo, circunstância que possibilita a formação de precedente judicial dotado de segurança jurídica”, afirmou o ministro.

**Conscientização sobre depressão**

A Câmara de Goiânia discutiu iniciativas de conscientização sobre depressão, prevenção e combate ao suicídio, além da importância de atenção à saúde mental, principalmente entre o público infanto-juvenil. Durante a audiência pública, os convidados foram unânimes ao apontar que a depressão não escolhe sexo, idade ou classe social. Os debatedores também concordaram que a doença, além de prejudicar o crescimento social e cognitivo da criança e do adolescente, afeta relações familiares. De acordo com os especialistas, o diagnóstico tardio pode levar a consequências irreparáveis, principalmente entre aqueles que promovem automutilação e tentativa de suicídio.

**Na contramão do tempo**

A Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados aprovou o projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A medida está prevista no parecer

do relator, deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentado ao Projeto de Lei 580/07 e aos textos apensados a ele. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e cinco contrários. A proposta ainda será analisada nas comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Se for aprovada, seguirá para o Senado.

### **Para STF, legislar sobre obrigação de operadoras é competência da União**

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou lei do Estado do Rio de Janeiro que obrigava as operadoras a manter sinal de telefonia móvel e de internet em passagens subterrâneas de trânsito (túneis), em qualquer modalidade de transporte, inclusive trens e metrô.



A decisão unânime foi tomada no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7404. A Lei estadual 9.925/2022 foi questionada pela Associação das Operadoras de Celulares (Acel), com o argumento, entre outros, de violação aos dispositivos constitucionais que definem a competência da União para legislar sobre telecomunicações e explorar esses serviços.

Ainda segundo a Acel, a matéria já foi exaustivamente tratada pela Lei Geral das Telecomunicações (Lei Federal 9.472/1997). O relator, ministro Alexandre de Moraes, verificou interferência indevida do estado em serviços públicos de competência material e legislativa privativa da União. Ele observou que vários precedentes da Corte reconhecem a validade de leis estaduais voltadas à proteção e à defesa do consumidor no contexto de prestação de serviços públicos de telefonia e acesso à internet.

### **TST reconhece vínculo entre entregador e aplicativo Uber**



responsabilidades trabalhistas”.

A Segunda Turma do TST reconheceu o vínculo de emprego entre um ciclista entregador de alimentos e a Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Para a relatora do recurso de revista, desembargadora convocada Margareth Rodrigues Costa, em relação às plataformas digitais, as atividades econômicas desenvolvidas por trás dessa interface “consomem trabalho, auferem lucros, exercem poderes diretivos e que, portanto, devem ser vinculadas também a

### **Superior Tribunal Militar**

Curso de Direito Militar gratuito e aberto ao público está disponível na plataforma EAD do STM.

**JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.12.2023 – PÁG. POLÍTICA**

**Proteção à democracia no centro de cúpula**

Combate ao feminicídio, à violência sexual, ao racismo e à xenofobia também é tema de reunião da área social do Mercosul, no Rio de Janeiro

*Mayara Souto*

A proteção da democracia nos países da América Latina, em especial, nos que compõem o bloco — Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai — foi o debate central na abertura da Cúpula Social do Mercosul, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro. A reunião promove a participação da sociedade civil nas decisões do grupo e está sendo reeditada presencialmente após sete anos de interrupção.



“Essa retomada precisa ser para avançar. Precisamos avançar e institucionalizar os processos de participação na agenda da política externa do nosso país e na do Mercosul. Para que, quando vierem os tempos difíceis, não tenhamos perdas tão significativas, como tivemos nos últimos anos”, afirmou a representante da sociedade civil, Verônica Ferreira, do comitê organizador da Articulação Feminista Marcosur. “Estamos colocando a necessidade de construir uma agenda democrática porque a democracia está em risco na nossa região”, acrescentou.

Na mesma linha, a embaixadora Gisela Padovan, do Ministério das Relações Exteriores, destacou que o Mercosul é um acordo econômico extremamente rentável — segundo ela, em 1991, o comércio entre os membros do bloco era de US\$ 4 bilhões por ano, e, 32 anos depois, são US\$ 46 bilhões. “Porém, o Mercosul tem a parte política também. Queremos receber os insumos da sociedade e seguir na direção que vocês vão nos indicar. O engajamento da sociedade civil em movimentos sociais é essencial para alicerçar as bases de uma política democrática, que é o que queremos”, comentou.

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, reiterou que os movimentos sociais estão “sempre 50 anos à frente do Estado” e que, por isso, essa articulação entre membros do bloco e os movimentos sociais é tão importante. “Precisamos pensar uma nova estratégia para que os movimentos sociais possam participar, debater e ajudar nas resoluções, que não são fáceis. Temos grandes desafios no Mercosul”, frisou. “No campo das mulheres, temos de discutir a misoginia, o ódio contra as mulheres, que tem fortalecido cada vez mais o feminicídio e a violência sexual em toda a região.”

Anielle Franco, ministra de Igualdade Racial, corroborou a fala da colega de ministério. “Queremos demandar que a participação social seja mais intensa nas reuniões dos blocos. O desenvolvimento e a cidadania precisam caminhar juntos para pensar em um futuro mais inclusivo, justo e democrático para todas as pessoas. Se com racismo não há democracia, com racismo, xenofobia e desigualdade também não existe desenvolvimento econômico”, enfatizou.

A ministra substituta do Desenvolvimento Agrário, Fernanda Machiavelli, ressaltou que, hoje, em todo o bloco, há “desafios da insegurança alimentar e das mudanças climáticas, e a questão das desigualdades de gênero, de raça, de oportunidades e econômicas, que também se manifestam na dificuldade de acesso à terra”.

Até janeiro, o Brasil está na presidência “pro tempore” do grupo. Além da Cúpula Social, a Cúpula do Mercosul é dividida em mais dois momentos: a Reunião do Conselho do Mercado Comum, amanhã, e a Cúpula de Líderes, na quinta.

## JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.12.2023 – PÁG. BRASIL

### Moraes quer punir mau uso de IA em eleição

*Luana Patriolino*

O ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu, ontem, a cassação de candidatos às eleições municipais do ano que vem que recorreram à inteligência artificial (IA) para produzirem e disseminarem fake news. Em seminário na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro, ele considera que é preciso avançar na regulação das redes sociais e na implantação de sanções severas aos infratores dessas normas.



“Costumo dizer sempre que a regulamentação estaria em um único artigo e, nesse caso, sou minimalista: o que não pode no mundo real, não pode no mundo virtual”, afirmou, acrescentando que defende a aplicação de punições mais duras para os infratores das regras previstas para as redes sociais —

sobretudo se utilizarem IA nas fraudes.

“Não basta a prevenção, não basta a regulamentação prévia. Há a necessidade de sanções severas para aqueles que se utilizam da inteligência artificial para desvirtuar a vontade do eleitor e atingir o poder, ganhar as eleições. Saibam que se utilizarem disso, e for comprovado, o registro será cassado, o mandato será cassado e ficarão inelegíveis. Porque, senão, o crime vai compensar”, destacou.

### Plataformas

Moraes também afirmou que as big techs — que administram as plataformas de redes sociais — devem ser submetidas à regulação. Por sinal, não é a primeira vez que o ministro defende essa medida para as gestoras.

“A possibilidade desse ingrediente novo, a IA para otimizar a desinformação, isso tem uma causa e uma finalidade. Os instrumentos vão se aperfeiçoando”, disse.



Para o ministro, a “utilização maléfica” das plataformas é um comportamento de regimes autoritários de extrema direita. “A utilização maléfica tem uma finalidade, que é sempre a mesma: atacar a democracia, corroer os pilares das democracias ocidentais para manutenção no poder. Ou conquista de poder por regimes autoritários e de extrema direita”, frisou.

O presidente do TSE afirmou que houve uma “overdose de desinformação” nas eleições de 2018, 2020 e 2022, e que o Judiciário aprendeu a lidar melhor com o problema. “Fomos aprendendo. Tivemos a humildade necessária para verificar que fomos surpreendidos em 2018”, admitiu.

### **Mendonça libera ação da maconha**

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, liberou para julgamento, ontem, a ação que trata da descriminalização do porte de maconha para uso pessoal. O caso estava parado desde agosto, depois de o magistrado pedir vista da matéria. Caberá ao presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, pautar a retomada da apreciação — que deve ser em fevereiro. Até agora, cinco votos afastam a criminalização da maconha para uso pessoal, com a fixação de parâmetros para diferenciar usuário de traficante.

## **JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 05.12.2023 – PÁG. OPINIÃO**

### **Letalidade policial aumenta no país**

Em 16 dos 27 estados, o número de vítimas das forças de segurança pública mais do que dobrou na comparação entre o primeiro semestre e igual período de 2022, segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A violência, nas suas mais diversas expressões, é fantasma que preocupa a sociedade brasileira. Ela ocorre dentro dos lares, com o elevado aumento dos feminicídios, por meio de roubos, furtos e assassinatos nas ruas e pelas mãos dos bandidos. Em 16 unidades da Federação, inclusive o Distrito Federal, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) constatou que houve um aumento da letalidade dos agentes da segurança pública no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2022.



O estudo foi publicado, pela *Folha de S.Paulo* nesta segunda-feira. O número de vítimas cresceu expressivamente nos estados de Mato Grosso do Sul (340%), em Santa Catarina (115%) e no Distrito Federal (114,3%). Em Mato Grosso, o aumento é atribuído aos confrontos com integrantes de organizações criminosas, como Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC), em razão das rotas de tráfico de drogas, principalmente maconha e cocaína, produzida na vizinha Bolívia.



## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
18 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Apesar desse aumento, o DF está entre as UF com o menor número de vítimas das ações policiais. No ano passado, foram sete mortes, contra 15 nos primeiros seis meses deste ano. Em São Paulo, no semestre passado as mortes causadas por agentes aumentaram 8,3%, excluído o número de vítimas da Operação Escudo, ocorrida em julho, no litoral do estado, após o assassinato de um policial, quando criminosos e inocentes foram mortos.

A comparação do total de mortes pela polícia com o de crimes violentos letais intencionais (CVLI) indica a proporção da letalidade das intervenções das forças do Estado. Em Goiás, por exemplo, ocorreram 529 mortes intencionais, e as provocadas pela ação da força de segurança foram 304 (57,5%) — considera-se que há uso excessivo da força quando o número de vítimas ultrapassa 10% das pessoas mortas por CVLI. Dados semelhantes foram obtidos em outras unidades da Federação.

Bahia e Rio de Janeiro, embora tenham apresentado queda nos índices de letalidade policial, têm números de vítimas espantosos. Nos seis primeiros meses, a polícia baiana fez 743 vítimas, uma queda de 8,4% em relação a 2022. No segundo semestre, ocorreu um aumento de 13,6%, tendência que, provavelmente, colocará a Bahia no pódio, entre os estados com maior letalidade policial. A causa são os recorrentes embates com o crime organizado e a guerra entre facções dos bandidos.

No Rio Janeiro, foi registrada uma diminuição de 12% (649 mortos) no primeiro semestre, e de 16,1% de julho até agora. No entanto, isso não significa menor letalidade policial. Levantamento do Instituto Fogo Cruzado revela que no estado ocorrem três chacinas policiais por mês que resultam em três ou mais mortes. Há uma semana, o governo fluminense decidiu ressuscitar a Secretaria de Segurança Pública e, há um mês, conta com o apoio de militares da Força Nacional, a fim de conter as ações das facções criminosas, que atuam nos bairros da periferia. O desmonte das organizações, a partir da asfixia financeira e de suas atividades não aconteceram.

No Sudeste, Minas Gerais, um dos maiores estados da região, se sobressai pelo baixo índice de mortalidade policial: 4% em relação aos assassinatos. Na comparação com o primeiro semestre de 2022, houve uma queda de 32,4% no número de vítimas. Um padrão entendido como exemplar para os outros estados.

Para especialistas, a violência no país, principalmente, a produzida pelo crime organizado não será estancada com a letalidade da polícia. Nos embates, muitos inocentes são mortos. Faltam um serviço de inteligência eficaz, treinamento adequado dos policiais nas abordagens, equipamentos, entre outras medidas depuradoras das forças de segurança pública. As autoridades reconhecem que as facções contam com informações privilegiadas de bandidos infiltrados nos órgãos de Estado. Em síntese, o país carece de uma política de segurança pública abrangente, que interligue todas as unidades para uma atuação na mesma sintonia, a fim de acabar com as organizações do crime.

**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.12.2023 – PÁG. A8**

**Falta transparência em agendas oficiais de autoridades do Judiciário, Legislativo e Executivo, diz levantamento**

Em outubro, menos de 10% divulgaram seus compromissos profissionais e participação em eventos

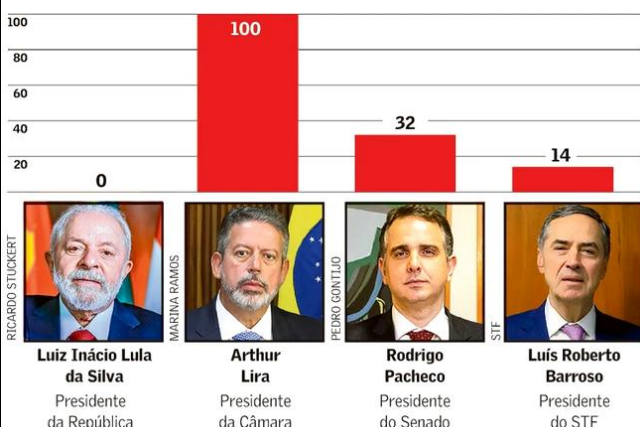
*Raphael Di Cunto, Gabriela Pereira\*, Gabriel Neves\* e Marcela Cunha*

O caso da “dama do tráfico”, esposa de um traficante que se reuniu com autoridades do Ministério da Justiça sem agenda oficial, e que só foi descoberta porque compartilhou as fotos do encontro nas redes sociais, não é um episódio isolado em Brasília. Levantamento da consultoria Ética Inteligência Política nas informações

**Transparência ignorada**

Falta de publicidade sobre reuniões é praticamente regra em Brasília

Dias úteis sem agenda divulgada em outubro (em %)



públicas de 86 autoridades do Legislativo, Judiciário e Executivo revela que apenas sete delas, menos de 10%, divulgaram seus compromissos profissionais e participação em eventos em todos os dias de outubro.

Quem olha a agenda do presidente Arthur Lira (PP-AL) no site da Câmara dos Deputados pode ter a crença de que a vida de um parlamentar é moleza: não há nenhum compromisso sequer registrado em todo o mês de outubro. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também poderia fazer jus à fama de que os congressistas só trabalham três dias por semana. A agenda pública dele não mostra nenhuma atividade em 7 dos 22 dias úteis daquele mês.

A suposição não é verdadeira, como se pode ver pela rotina cheia de reuniões expostas nas redes sociais de quem se encontrou com eles e pela participação em inúmeros eventos públicos. Mas, mesmo quando divulgam as agendas diárias para a população, os presidentes do Poder Legislativo omitem quase todos os seus compromissos.

Em mais da metade dos dias em que divulgou agenda em outubro, por exemplo, Pacheco registrou apenas a “sessão deliberativa do plenário”. Não há informações de quem ele recebeu e do que tratou com essas pessoas. Por meio de sua assessoria, o presidente do Senado negou falta de transparência. “Todas as agendas públicas são divulgadas diariamente, se não houve divulgação de agenda, é porque não houve compromissos públicos”, disse em nota. Lira foi procurado também por meio de sua assessoria, mas não se manifestou.

A transparência das agendas, alertam especialistas, não é questão irrelevante para a sociedade ou mera burocracia para o Estado. É por meio dessas informações que é possível identificar quem está sendo recebido e influenciando nas decisões do poder público e quem está sendo ignorado e potencialmente lesado. No caso do Executivo, a obrigatoriedade consta de uma norma cujo nome é autoexplicativo: a Lei de Conflito de Interesses.



## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
20 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Diretora de programas da Transparência Brasil, Marina Atoji, afirma que a divulgação dos compromissos de parlamentares, ministros e funcionários públicos do alto escalão é um instrumento para que a população identifique casos de conflitos de interesses. Um ministro que tenha recebido representante de uma empresa e depois adote iniciativa que a beneficia, por exemplo. “Todos da sociedade organizada devem ter a clareza de quem os dirigentes estão encontrando e para tratar do quê”, diz.

Isso, contudo, não tem sido a prática em Brasília, como mostra o levantamento obtido pelo Valor. Mesmo no Executivo, onde lei e portarias regulamentam de forma mais firme a obrigatoriedade, há diversas falhas. Só cinco dos 38 ministros publicaram suas agendas em todos os dias de outubro. Nas agências reguladoras, como a de Vigilância Sanitária (Anvisa), a de Petróleo (ANP), a de Telecomunicações (Anatel) e a de Aviação Civil (Anac), é ainda mais grave: nenhum dos 38 diretores-presidentes e superintendentes pesquisados divulgou seus compromissos completos.

Outro problema é o sigilo sobre parte das reuniões, mesmo para aqueles que dão publicidade a sua agenda todos os dias. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), por exemplo, encontrou uma dezena de candidatos à vaga de procurador-geral da República até decidir por Paulo Gonet, mas não divulgou nenhuma dessas conversas.

Há, ainda, uma terceira irregularidade identificada pelo levantamento: muitas das autoridades do Executivo não estão cumprindo a regra de publicar as agendas em no máximo sete dias, conforme determina decreto da Controladoria-Geral da União (CGU). “Quando essas agendas não são divulgadas em tempo hábil, isso faz com que o princípio de governo aberto e transparente não seja observado”, critica o cofundador da agência de dados Fiquem Sabendo, Bruno Morassutti.

Diretor de comunicação da Ética Inteligência Política, consultoria responsável pelo levantamento, Marcus Deois aponta que a falta de transparência das agendas prejudica o trabalho dos pesquisadores, cientistas políticos e trabalhadores da área de relações governamentais. “Não ter acesso público à agenda de uma autoridade, dentro de um prazo aceitável, dificulta a análise [sobre quem está influenciando as decisões]”, afirma.

A deficiência é reconhecida pela própria CGU, que é a gestora do “e-agendas”, plataforma criada ano passado para concentrar as listas de compromissos de todos no Executivo. Em nota, o ministério disse que tem trabalhado para instituir mecanismos de monitoramento e corrigir esse problema, com o envio de alertas às autoridades, realização de palestras, seminários e estudos.

No primeiro trimestre, informou a CGU, um terço das agendas era publicada de forma irregular, com atraso superior a mais de sete dias. O número caiu a 14% na parcial deste quarto trimestre. A quantidade de compromissos divulgados com antecedência continuou em patamar parecido desde o começo do ano. Na nota, o ministério ressaltou que a obrigação de registro e publicação é do próprio agente público e que a lei não estabelece sanções.

O procurador federal e professor de direito constitucional Bruno Pontes afirma que a falta de transparência das agendas dificilmente é enquadrada como algum delito penal. “O máximo que poderia configurar é a prevaricação do art. 319 do Código Penal, mas teria que ficar bem clara a intenção de satisfazer interesse ou sentimento pessoal”, disse, destacando que cada caso concreto tem a sua peculiaridade. Outra possibilidade



é interpretar como improbidade administrativa, mas ele pondera que agora a lei exige “dolo específico”, ou seja, intenção de fraudar com uma finalidade determinada. O professor alerta também que o caso pode ser uma infração ética se o estatuto do ente ao qual o servidor está ligado previr este encaminhamento administrativo.

Perante a sociedade, a transparência está incluída na responsabilidade política, diz o procurador. Quando ela não se manifesta, ocorrem implicações sociais, como “falta de apoio, aumento da rejeição, incremento da oposição e eventual alegação de outros funcionários subalternos de que eles também não precisam ser transparentes”. No Judiciário, a assessoria do Supremo Tribunal Federal (STF) informou que “cada ministro define a divulgação de seus compromissos diários”, com base em sugestão da ex-presidente Ellen Gracie em 2007. O atual presidente, ministro Luís Roberto Barroso, deu publicidade à participação em eventos e reuniões em 19 dos 22 dias úteis de outubro.

## **JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.12.2023 – PÁG. E1**

### **Varejo pode questionar na Justiça norma do Confaz sobre uso de créditos de ICMS**

Convênio nº 178 do Confaz torna “obrigatória” a transferência de créditos do imposto ao Estado de destino da mercadoria

*Arthur Rosa e Beatriz Olivon*

Uma nova norma do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) pode levar o varejo novamente ao Judiciário, depois de ter vencido, no Supremo Tribunal Federal (STF), a discussão sobre o pagamento de ICMS na transferência interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. O Convênio nº 178, aprovado na sexta-feira, regulamenta o uso de créditos do imposto estadual.



Essa regulamentação foi uma exigência dos ministros do STF no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) nº 49. Eles definiram, em abril, que a partir de 2024 não poderá mais ser cobrado ICMS nessas transferências de mercadorias e deram prazo aos Estados - até o fim deste ano - para a edição de uma norma para tratar do uso dos créditos. O problema, segundo tributaristas, é que o texto do Convênio nº 178 torna “obrigatória” a transferência de créditos de ICMS ao Estado de destino da mercadoria, restringindo a decisão do Supremo. Vem daí a possibilidade de judicialização.

Havia esperança de que a palavra “obrigatória” estaria fora desse convênio, depois de o Estado do Rio de Janeiro não ratificar norma anterior (Convênio nº 174), com praticamente o mesmo teor e que acabou cancelada, por entender que estaria desrespeitando o entendimento do STF. Os contribuintes defendem que os ministros do STF só garantiram o “direito” à transferência. Sem poder fazer a gestão dos créditos - escolher se mantém na origem ou no destino - pode haver, de acordo com os contribuintes, um desequilíbrio



## CLIPPING

DATA

05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

no fluxo de caixa. É que para algumas empresas não faz sentido transferir o crédito se, no Estado de destino, houver pouco ICMS a pagar e no de origem muito.

“A questão da obrigatoriedade da transferência de crédito segue e tende a ser um problema”, afirma o advogado Douglas Motta, sócio do Demarest Advogados, acrescentando que foi apresentado, no STF, recurso (embargos de declaração) para discutir a questão dos créditos. O recurso é do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes (Sindicom), parte interessada (amicus curiae) na ADC 49. A entidade pede que o STF esclareça a possibilidade de aproveitamento dos créditos de ICMS tanto no Estado de origem quanto no Estado de destino, “a critério do contribuinte”.

Além disso, o Sindicom alega que o STF não tratou, na modulação, sobre cobrança retroativa de ICMS nessas transferências - ressaltando apenas os processos administrativos e judiciais pendentes de conclusão. E que os Estados passaram a entender, com o julgamento, que seria possível lavrar novos autos de infração relativos aos exercícios anteriores a 2024. No pedido, lembra que a jurisprudência dos tribunais superiores, muito antes do julgamento da ADC 49, “já se orientava no sentido de que de que a mera circulação física de uma mercadoria não gera a incidência do ICMS” (Súmula 166/STJ, Tema 259/STJ, Tema 297/STF e Tema 1099/STF).

Os embargos de declaração, que pedem a postergação da modulação de efeitos, ao menos até o exercício financeiro de 2025, porém, podem não ser aceitos pelo STF, assim como o primeiro recurso apresentado pelo Sindicom. Os ministros entenderam que a entidade, como amicus curiae, não teria legitimidade para o ajuizamento de recurso.

*A obrigatoriedade de transferência de crédito tende a ser um problema” — Douglas Motta*

Com essa possibilidade e a manutenção do convênio do Confaz, a tendência é que um novo contencioso surja, dizem os advogados Leo Lopes e Andre Azeredo, do FAS Advogados. “Na prática, atualmente, o Convênio ICMS nº 178/2023 traz insegurança jurídica e aumenta as chances de um novo contencioso tributário relevante, em um tema que já deveria estar solucionado há muito tempo”, afirma Lopes. Douglas Campanini, da Athros - Auditoria e Consultoria, lembra que há um projeto de lei em curso no Congresso Nacional (PLP nº 116/2023) para vedar a incidência do ICMS sobre prestações de transferência interestadual de mercadorias entre estabelecimentos de um mesmo contribuinte. A proposta envolve os créditos e, segundo ele, trata a transferência para o Estado de destino como uma “opção do contribuinte”.

Com a edição de um lei complementar, diz o consultor, o problema estaria, em tese, resolvido. “Uma lei complementar derrubaria o convênio do Confaz”, diz ele, lembrando que já foi solicitada urgência para a proposta. “Sem uma norma, a saída é entrar com ação judicial para discutir a inconstitucionalidade do convênio.”

Para o advogado Diogo Martins Teixeira, do Machado Meyer, essa obrigatoriedade de transferência de créditos “pode levar a controvérsias e contencioso”. “O STF outorgou ao contribuinte o direito de fazê-lo, não a obrigação”, diz ele. André Menon, do mesmo escritório, lembra que eventual rejeição do novo convênio por algum Estado, em tese, não impediria a sua validade ou produção de efeitos. Mas, acrescenta Teixeira, a não adesão de algum ente abalaria a sistemática de apuração e recolhimento do ICMS como um todo e poderia fomentar uma nova onda de recusas (glosas) de créditos.

## **Destaques**

### **Câncer de pele**



Duas empresas de transporte foram condenadas a pagar indenização por danos morais no valor de R\$ 20 mil a motorista de carreta que desenvolveu câncer de pele na orelha. De acordo com a sentença, proferida recentemente pela 3ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo (SP), ficou comprovado que o homem permanecia exposto à radiação solar durante as viagens que realizava pela firma, contribuindo para o desenvolvimento da doença. Em audiência, testemunhas relataram que não havia controle no fornecimento de protetor solar aos carreteiros. E nas palavras do juiz Gabriel Garcez Vasconcelos, “sequer foi comprovado o efetivo fornecimento, em que pese os motoristas carreteiros exerçam atividades externas”.

A responsabilidade patronal foi constatada pela incorrência em condutas omissivas e negligentes, diante da violação do dever geral de cautela. Segundo os autos, não houve redução da capacidade laborativa para as atividades do profissional. No julgamento, o magistrado explica, porém, que, “a ausência de incapacidade não descaracteriza o dano, mas apenas impacta na extensão deste, de modo que deve ser ponderada no cálculo da verba indenizatória”. Acrescenta ainda que o dano, nesse caso, é presumido. Processo pendente de análise de recurso no TRT-SP (processo nº 1001173-63.2022.5.02.0463).

### **Rio automatiza ressarcimento de créditos de ICMS**

Antes, as solicitações de créditos de ICMS eram processadas manualmente e levavam dois anos para serem concluídas

*Rodrigo Carro*

A partir de janeiro, a análise de pedidos para ressarcimento de créditos de ICMS por substituição tributária passará a ser feita de forma automatizada no Estado do Rio de Janeiro num prazo médio de um dia. Antes, as solicitações eram processadas manualmente e levavam dois anos para serem concluídas.

Lançado este mês pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz), o sistema analisa as informações da Escrituração Fiscal Digital (EFD), arquivo digital que reúne registros de interesse dos Fiscos municipais, estaduais e federal, além de informações a respeito da apuração de impostos do contribuinte. Numa comparação simplificada, o EFD é uma versão digital do antigo livro-caixa. Os dados da escrituração serão cruzados com aqueles das notas





## CLIPPING

DATA

05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

24 de 28

RESPONSÁVEL

Iris Helena

fiscais eletrônicas emitidas pelo contribuinte.

Se tudo estiver correto com a EFD, os valores dos créditos são verificados e aprovados para uso do contribuinte, a exemplo do que ocorre com o saldo de uma conta bancária. Na visão do titular da Fazenda fluminense, Leonardo Lobo, o novo sistema acaba com a demora na recuperação dos créditos tributários para o contribuinte. A novidade vale somente para pedidos de ressarcimento relativos a operações de saída para outros Estados a partir de 1º de dezembro, lançadas no sistema a partir de janeiro de 2024. Ou seja, pedidos anteriores à mudança continuarão a ser tratados da forma tradicional.

Subsecretário de Estado de Receita do Rio de Janeiro, Adilson Zegur explica que aproximadamente um terço do estoque de processos existentes na pasta dizem respeito à substituição tributária. “Em média, o processamento levava dois anos [no sistema anterior]”, compara. A liberação dos créditos poderá ser acompanhada pelo portal da Sefaz. Também será possível verificar no site a autenticidade dos documentos de crédito gerados a partir do processo de substituição tributária.

Na substituição tributária, um único contribuinte é responsável pelo pagamento do ICMS de toda uma cadeia produtiva. O sistema é adotado frequentemente por empresas de setores como os de siderurgia, automotivo, supermercados e farmácias. O recolhimento do imposto devido é feito prevendo que a mercadoria seja comercializada dentro do Estado do Rio, gerando assim arrecadação para o Fisco fluminense. Se ocorre uma venda para outro Estado, o contribuinte localizado no Rio de Janeiro que realizou esta operação tem direito ao ressarcimento.

A compensação é efetuada na forma de créditos financeiros de ICMS. Esses créditos podem ser utilizados por seus fornecedores dentro do processo de substituição tributária para obter vantagens em compras futuras. No caso de um supermercado, por exemplo, o fornecedor de um ou mais produtos recolhe o imposto e especifica na nota fiscal o valor referente à substituição tributária para ser reembolsado futuramente, quando da venda do produto pelo varejista.

Zegur esclarece que - por conta de uma decisão do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) - os créditos podem ser usados pela empresa beneficiada com qualquer fornecedor com o qual tenha realizado negócios que envolvam substituição tributária nos últimos 12 meses. Anteriormente, a utilização era permitida apenas com o fornecedor de origem - a empresa que pagou o ICMS por substituição tributária.



**JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 05.12.2023 – PÁG. E2**

**Uma boa opção para litígios por corrupção**

Hoje é possível acordar um julgamento antecipado nos processos administrativos de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública

*Ricardo Caiado e Carolina Caiado*



Dez anos após a edição da Lei Federal nº 12.846/2013 - a Lei Anticorrupção - e das grandes operações deflagradas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, a Corregedoria Geral da União (CGU) tem ampliado mecanismos de resolução consensual para encerrar os processos punitivos. Para além da já consagrada leniência, hoje é possível acordar um julgamento antecipado nos processos administrativos de responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira (PAR), nos termos da Portaria Normativa nº 19, de 22 de julho de 2022.

O julgamento antecipado é um instrumento sancionador negocial estabelecido pela CGU no âmbito dos PARs por ela instaurados ou avocados. É uma solução aplicável somente aos processos administrativos decorrentes da Lei Anticorrupção em trâmite perante entidades da administração pública federal direta e indireta.

O instrumento geralmente é utilizado quando a empresa objeto do PAR pretende colaborar, mas não preenche os requisitos para um acordo de leniência, como por exemplo, o incremento da capacidade investigativa da administração pública. Ao instituir esse novo instrumento, a CGU pretendeu promover célere responsabilização pelos atos lesivos praticados contra o poder público. Para as empresas essa é uma boa opção, caso não queiram enfrentar longos litígios com a administração pública. Além da celeridade, o julgamento antecipado permite a diminuição substancial das sanções passíveis de aplicação no âmbito da Lei Anticorrupção. A multa é reduzida conforme o momento do requerimento do julgamento antecipado no PAR.

Desde a publicação da Portaria Normativa nº 19, em julho de 2022, a CGU divulgou 24 acordos decorrentes de julgamentos antecipados. A média dos valores acordados é de R\$ 2 milhões. No mesmo período, apenas seis acordos de leniência foram divulgados e com valores muito mais altos - média de R\$ 425 milhões. Ainda assim, um requisito para o julgamento antecipado ainda parece estar sendo entrave para as empresas envolvidas em processos de corrupção: é a confissão da conduta e a consequente responsabilidade objetiva.

O procedimento exige que empresas investigadas admitam sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos e assumam outros compromissos como ressarcir os valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa; perder a vantagem auferida, quando for possível sua estimação; dispensar a apresentação de defesa administrativa no PAR; desistir de ações judiciais relativas ao PAR, caso estejam em curso, ou



## CLIPPING

DATA  
05.12.2023

## BIBLIOTECA

PÁGINA Nº  
26 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

abster de ajuizá-las, conforme o caso; e atender aos pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento.

Muitas empresas se sentem desconfortáveis com a assunção de responsabilidade objetiva, mesmo com as garantias e os benefícios previstos na Portaria nº 19/2022, por eventualmente denotarem confissão de intenção para a prática do ato ilícito. Sob a perspectiva jurídica, a Portaria nº 19/2022 trouxe solução assertiva para a questão ao tratar do reconhecimento da responsabilidade objetiva e não da confissão de culpa ou dolo acerca da conduta.

Responsabilidade objetiva implica o dever de se responsabilizar pelo dano causado independentemente de dolo ou culpa na conduta ilícita. Exatamente por isso, a opção pelo julgamento antecipado do PAR não significa que a empresa investigada confessará prática de conduta ilícita por seus representantes. A empresa reconhecerá apenas que tem obrigação legal de se responsabilizar pelo ato ilícito identificado pelas autoridades e enquadrado na Lei Anticorrupção.

A portaria normativa mostra ainda a preocupação em garantir que a rejeição do pedido do julgamento antecipado por parte da CGU ou até mesmo a desistência da empresa investigada em levá-lo adiante não implique reconhecimento da prática do ato lesivo investigado. Ademais, em nenhuma hipótese, a desistência do julgamento antecipado ou seu indeferimento configurará justificativa para impor ou agravar as sanções aplicáveis à pessoa jurídica.

O julgamento antecipado de PAR, no entanto, é um instrumento que está em fase de maturação. Em manifestações públicas, representantes da CGU já sinalizaram que a Portaria nº 19/2022 deverá ser objeto de atualizações. Um dos pontos avaliados é a possível alteração da nomenclatura e das consequências jurídicas do acordo para algo semelhante ao Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

O proposto “Termo de Compromisso Anticorrupção” poderá substituir o julgamento antecipado, trazendo algumas novidades, como a necessidade de implementação ou aprimoramento pelas empresas de programa de integridade. Outra sugestão é a de que, uma vez celebrado acordo pela CGU, haja também a extinção de quaisquer demandas judiciais pela Advocacia-Geral da União. A coordenação entre os dois órgãos federais já acontece no âmbito dos acordos de leniência. Os ajustes poderão fomentar o uso do instrumento e, por fim, a tão desejada integridade nas relações entre setor público e o setor privado.

## **DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB**

### **Dia 05 de dezembro – Dia Internacional do Voluntário...**

A Organizações das Nações Unidas instituiu o dia 5 de dezembro como Dia Internacional do Voluntário em 1985. A intenção da ONU era promover ações de voluntariado em todas as esferas da sociedade, ao redor do mundo. Um bom modo de promover essas ações é refletir sobre elas. Pode-se começar por estabelecer uma definição da palavra "voluntário".

Antes de mais nada, vale a pena recorrer ao dicionário. No Houaiss, aprende-se que "voluntário" vem do latim voluntarius e significa aquele que age por vontade própria, uma vez que voluntas, também em latim, quer dizer vontade. As Nações Unidas completaram essa definição ao aplicá-la a seu sentido social contemporâneo.

Segundo a definição da ONU, "o voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem estar social, ou outros campos..."

### **Objetivos do Milênio**

No ano 2000, depois de analisar os maiores problemas mundiais, a própria ONU estabeleceu os 8 Objetivos do Milênio no tocante ao voluntariado. Definiu as principais áreas de trabalho voluntário a serem estimuladas, com o intuito de solucionar definitivamente os problemas.

### **Os 8 Objetivos do Milênio são:**

- erradicar a extrema pobreza e a fome;
- atingir o ensino básico universal;
- promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- reduzir a mortalidade infantil;
- melhorar a saúde materna;
- combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- garantir a sustentabilidade ambiental;
- estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

### **O voluntário**





**CLIPPING**

DATA  
05.12.2023

**BIBLIOTECA**

PÁGINA Nº  
28 de 28

RESPONSÁVEL  
Iris Helena

Mas quem é o voluntário, afinal? Quem tiver vontade. Não é somente o especialista em alguma coisa que pode ser voluntário. Qualquer pessoa pode contribuir com suas capacidades, habilidades e dons. O voluntário doa sua energia e criatividade objetivando ajudar os outros.

Trata-se de uma atividade que gera a oportunidade de fazer amigos, de viver novas experiências, e conhecer outras realidades. O voluntário doa seu trabalho, mas ganha em troca contato humano, convivência com pessoas diferentes, oportunidade de aprender coisas novas e a satisfação de se sentir útil. Com a atuação crescente das Organizações Governamentais, o trabalho voluntário atingiu tamanhas proporções, que também precisou ser regulamentado. No Brasil, existe uma Lei do Serviço Voluntário, a lei 9.608, promulgada em 18 de fevereiro de 1998.

### **Voluntários da Pátria**

Se hoje os voluntários se dedicam fundamentalmente aos serviços de assistência e bem estar social, já houve um tempo em que o voluntariado também teve um caráter militar. Durante a Guerra do Paraguai, criaram-se tropas de soldados que iam combater por livre e espontânea vontade: os Voluntários da Pátria. Inicialmente, nos primeiros momentos da luta, o entusiasmo popular pela defesa do Brasil garantiu o alistamento significativo de voluntários. No entanto, com o passar do tempo e o prolongamento da guerra, o ânimo da população arrefeceu.

Por isso, o governo imperial passou a exigir dos presidentes das províncias cotas de voluntários, que deveriam recrutar. Ainda em 1865, os grupos de Voluntários da Pátria passaram a ser formados por gente recrutada a força.